

A estrutura argumental das construções deverbais em *-dor*

Nubiacira Fernandes de Oliveira

Recebido 25, jun. 2006/Aprovado 28, ago. 2006

Resumo

análise da estrutura argumental de construções deverbais com o sufixo -dor, com o objetivo de depreender em que medida o caso 'Agente' nelas se manifesta, considerando a interação entre as propriedades morfosintáticas, semânticas e pragmáticas dessas formações derivadas. Assume-se como pressuposto que há um paralelismo entre a categorização conceptual e a categorização lingüística. A análise se baseia na utilização concreta da língua pelo falante.

Palavras-chave: construções deverbais; estrutura argumental; agentividade.

1. Introdução

Este trabalho, inserido no domínio da lingüística funcional norte-americana, segue a linha de investigação que vem sendo desenvolvida por Givón, Hopper, Thompson, Bybee, Goldberg, Du Bois, entre outros. Apresenta resultados preliminares de uma pesquisa, cujo objetivo é examinar os processos de interação entre propriedades morfossintáticas, semânticas e pragmáticas, visando ao estabelecimento de traços gerais de interpretação caracterizadores da estrutura argumental de construções deverbiais com o sufixo *-dor*. Examinando a relação entre o sufixo e a estrutura temática das bases com as quais ele ocorre, focaliza, em particular, as seguintes questões: (1) em que medida a estrutura argumental da construção deverbal corresponde à estrutura argumental da base? e (2) como o caso *Agente* se manifesta nas construções derivadas em *-dor*? A principal fonte de pesquisa empírica é o *Corpus Discurso & Gramática*: a língua falada escrita na cidade do Natal (FURTADO DA CUNHA, 1998), constituído de textos falados e escritos de tipos diversos: narrativa experiencial, narrativa recontada, descrição de local, relato de procedimento e relato de opinião. Dados adicionais foram coletados da Revista VEJA - anos 2004-2006. A análise se processa à luz do conceito de Estrutura Argumental (DU BOIS, 2003) e das noções de Transitividade (HOPPER; THOMPSON, 1980) e de categorização prototípica, tal como proposta por Taylor (1995). Nesse modelo, as análises lingüísticas se baseiam na utilização concreta da língua pelo falante e assume-se como pressuposto que há um paralelismo entre a categorização conceptual e a categorização lingüística.

2. Sobre o conceito de estrutura argumental

A noção de Estrutura Argumental provém da filosofia, em que era concebida, de acordo com Frege, como um instrumento para a formulação do ‘pensamento puro’, usado precisamente para descrever os significados proposicionais em termos lógicos. Os lingüistas se apropriaram do conceito para seus propósitos e, em vista de seu interesse intrínseco pela linguagem, o ponto focal é a relação da estrutura argumental com a organização da expressão lingüística.

Em princípio, a noção de estrutura argumental diz respeito às relações semântico-gramaticais que se estabelecem entre um predicado – tradicionalmente o Verbo – e seus complementos ou argumentos – o Sujeito e o Objeto. Mais recentemente, a complexidade da estrutura argumental vem sendo posta em evidência em vários modelos da teoria lingüística.

Segundo Du Bois (2003, p. 17), a estrutura argumental implica uma estrutura organizacional que estabelece relações combinatórias entre elementos, em pelo menos duas dimensões

paralelas – a gramatical e a semântica. Ao longo das dimensões combinatórias, gramaticalmente, os nomes se relacionam aos verbos, desempenhando funções como *sujeito*, *objeto*, etc. e, semanticamente (e/ou conceptualmente), entidades conceituais se relacionam a eventos conceituais, assumindo papéis como *agente*, *paciente*, etc. Entre esses dois níveis, há um mapeamento sistemático entre o conjunto das relações semânticas (ou temáticas) co-presentes e o conjunto das relações gramaticais co-presentes. O processo (ou princípios) de mapeamento tem sido caracterizado de modo variável como alinhamento, ligação, seleção de argumento, etc.

Os tipos de orações básicas (compostas de um predicado) de uma língua como o português, por exemplo, são considerados como construções de estrutura argumental, nas quais o verbo, tomado como elemento central ou predicador, mantém uma relação abstrata (relação valencial) com os termos que dele dependem – seus argumentos. Em outras palavras, o verbo tem a capacidade de abrir determinados lugares na oração e de selecionar os argumentos para preenchê-los. Assim, por exemplo, tomando-se uma oração básica como *Pedro feriu José*, diz-se que temos um predicado de dois lugares. O verbo *ferir* – núcleo do predicado ou predicador – seleciona obrigatoriamente dois argumentos SNs: *Pedro* e *José*. Trata-se de uma construção transitiva prototípica, que descreve um evento no qual um agente exerce uma ação que afeta um paciente. O agente é realizado no papel de sujeito transitivo (A), expresso na posição pré-verbal pelo SN – *Pedro*, e o paciente é realizado no papel de objeto direto (O), na posição pós-verbal, expresso pelo SN *José*.

Do ponto de vista semântico, o evento transitivo prototípico é definido pelas propriedades do agente, do paciente e do verbo envolvidos na oração que codifica esse evento. Em princípio, a delimitação das propriedades desses três elementos é uma questão de grau. Do ponto de vista sintático, as orações – e verbos – que têm um objeto direto são, em geral, consideradas transitivas; as que não o têm são intransitivas. Segundo Givón (2001), embora as caracterizações semânticas e sintáticas da transitividade pareçam independentes, elas normalmente se sobrepõem: a maioria das orações que são semanticamente transitivas também são sintaticamente transitivas. Desse modo, se uma oração codifica um evento semanticamente transitivo, o agente e o paciente do evento são, via de regra, respectivamente, o sujeito e o objeto direto dessa oração. Na prática, essa sobreposição não é, contudo, categórica, devido à possibilidade de elipse. No nível semântico, um dos argumentos nucleares de *comer*, por exemplo, diz respeito à substância colocada na boca e engolida: não é possível pensar em *comer* sem pensar em algo que é comido. Mas, é perfeitamente normal dizer *Ele tem comido*, sem mencionar o que é consumido (ausência do objeto). Por outro

lado, certos aspectos, tais como a chamada dimensão *afetamento*, pertencem à transitividade semântica e não à sintática. Assim, numa oração como *João correu cinco milhas*, a presença de um objeto direto (cinco milhas) não implica que o SN sujeito (João) é CAUSA + afetamento; nem a ausência de um objeto direto implica que o sujeito é CAUSA – afetamento, como se pode ver no exemplo, *Mário escreve para 'O Times'*, em que não há objeto direto, porém há afetamento, pois, pode-se dizer que *O Times* é, de algum modo, enriquecido pela contribuição de Mário.

Numa referência a Levin e Rappaport Hovav (1995), Du Bois (2003) chama atenção para o fato de que, se o papel semântico de um argumento (agente, paciente, etc.) é, em parte, determinado pelo significado do verbo que o seleciona e se argumentos que dão suporte a certos papéis semânticos regularmente se associam a expressões sintáticas particulares, essa regularidade de associação reforçaria a idéia de que o significado do verbo é um fator na determinação da estrutura sintática das orações. Estudiosos da estrutura argumental e da gramática de construção, entre eles o próprio Du Bois e Goldberg (1995), questionam parcialmente essa idéia com base no conceito de *construção*. Segundo Goldberg, as orações básicas de uma língua, como o inglês, por exemplo, são instâncias de *construções*, entendidas como correspondências de forma e significado que existem independentemente dos verbos particulares. Ou seja, uma construção carrega em si mesma um significado independente das palavras que a compõem. A despeito de sua importância, uma discussão detalhada sobre esse ponto ultrapassa os limites do presente trabalho.

A propósito da relação entre verbos e nomes de 'atividade', a pesquisa morfológica confirma a existência de SNs que exibem uma estrutura de predicado similar à de um SV: o núcleo do SN (o Nome) determina argumentos, do mesmo modo que o núcleo do SV (o Verbo) o faz. Além disso, a própria categorização dos argumentos em externo (sujeito) e interno(s) (complemento(s)) é mantida nesse paralelismo. Comparem-se, por exemplo, as construções em (1) abaixo:

- (1) a. O MLST invadiu o parlamento brasileiro.
b. A invasão do parlamento brasileiro pelo MLST.

O verbo *invadir*, em (1) a, exige a presença de um argumento externo (sujeito), representado na oração pelo SN *O MLST*, e um argumento externo (complemento - objeto direto), representado pelo SN *o parlamento brasileiro*. De modo semelhante, na construção (1) b, o nome *invasão* determina a presença de um argumento interno (correspondente ao complemento - objeto direto), que se manifesta através do SP *do parlamento brasileiro*, e de um argumento externo (correspondente ao sujeito), expresso através do SP *pelo MLST*. Com efeito, SNs tais como '*A invasão*' teriam o estatuto de construções de estrutura argumental, assim como o SV. Citando Demonte (1985), Neves (1996) lembra que,

para esse autor, o SN, no que diz respeito “a sua natureza formal, compartilha características dos sintagmas verbais e pode ser concebido também, em certo sentido, como uma estrutura similar à oração”. Do ponto de vista semântico, diz ela, o SN é “uma entidade paradoxal porque, tomada em seu conjunto [...], é um argumento, porém internamente, deve distinguir-se entre elementos receptores e atribuidores de papel temático”.

Essas observações vêm reforçar a idéia comum à teoria da Gramática de Construção segundo a qual não há divisão estrita entre o léxico e a sintaxe (GOLDBERG, 1995). Construções lexicais e construções sintáticas diferem em complexidade interna e na especificidade da forma fonológica, mas ambas constituem essencialmente o mesmo tipo de estrutura de dado declarativamente representada: ambas são pares de forma e significado. A esse propósito, Croft; Cruse (2004, p. 254) afirmam que, assim como a sintaxe, a morfologia representa unidades gramaticais complexas, no caso, compostas de morfemas. De um ponto de vista estrutural, a única diferença entre morfologia e sintaxe é que os morfemas são limitados no interior da palavra, enquanto as palavras são morfologicamente livres no interior de um sintagma ou oração. Os autores argumentam que muitas são as palavras a que se podem chamar de ‘palavras idiomáticamente combinadas’, em que o significado de um morfema é específico para a raiz com a qual ele se combina (ou uma subclasse de raízes). Por exemplo, em inglês, o sufixo derivacional *-er* refere-se ao agente do evento denotado pela raiz do verbo, quando esta pertence a uma classe que inclui *write*, *run* (escrever, correr) e assim por diante, mas se refere a um instrumento, se a raiz do verbo é *clip* (cortar, tosquiar), *staple* (grampear) e semelhantes, ou a um paciente se a raiz do verbo é *fry* (fritar), *broil* (assar). A observação parece ser igualmente válida para as construções deverbais com o sufixo *-dor*, em português. Ou seja, o significado do sufixo *-dor* depende da raiz verbal com a qual ele se combina (ou da subclasse de raízes), mas, seguindo a proposta da teoria da gramática de construção, as propriedades semânticas de ambas as partes interagem para produzir o significado construcional, de tal forma que o significado da construção é dado unicamente pelo todo.

Tudo que essas observações sugerem é que, realmente, a morfologia é muito parecida com a sintaxe e que uma representação construcional é motivada para a morfologia também.

Alguns nomes de ação-processo, tais como *repressão*, *cassação*, por exemplo, de fato, remetem a um evento que facilmente prevê uma configuração envolvendo um argumento subjetivo (A1) e um argumento objetivo (A2), este último, em muitos casos, afetado pela ação-processo. Sob essa ótica, no exemplo (2) abaixo, o nome *cassação* (em destaque) é um predicado de dois lugares, cuja estrutura argumental comporta um argumento objetivo

(A2), expresso pelo SP *de direitos políticos*, e um argumento subjetivo (A1), aqui representado pelo SN *uma proposta*, recuperável no contexto imediatamente anterior.

- (2) “A lei precisa ser aperfeiçoada para acabar com essa farra”, protesta o deputado Orlando Desconsi, do PT gaúcho, autor de uma proposta que prevê a **cassação** de direitos políticos para o culpado em qualquer momento, com ou sem renúncia. (VEJA, 26.10.05, p. 53).

Observe-se que, se por um lado, o SN *a cassação de direitos políticos* é, em si mesmo, uma estrutura predicado-argumento – uma predicação -, em que o nome *cassação* é o núcleo do predicado e o SP *de direitos políticos* é o argumento objetivo (A2), por outro lado, esse mesmo SN constitui o argumento objetivo (A2) do predicado sintático, cujo núcleo é *prevê*. Ou seja, predicações encaixadas funcionam como termos dentro de outras predicações. Trata-se de nomes (resultantes ou não de processos de nominalização) que ativam no interior do SN o sistema de transitividade. Os derivados deverbais em *-dor* exibem nitidamente essa propriedade.

A observação dos dados indica que a base verbal envolvida na produção de derivados com o sufixo *-dor* é geralmente do mesmo tipo daquela que codifica o predicado que se denomina de *ação-processo*: evento com afetamento de y , controlado por x , sendo x o agente-prototípico. Assim, em princípio, uma oração transitiva prototípica (cf. Hopper; Thompson, 1980) e uma construção deverbal em *-dor* se assemelhariam em dois pontos: classe semântica do predicado (verbo de ação-processo) e papéis semânticos relacionados (agente ou causativo e paciente afetado). Em vista desse fato, poder-se-ia admitir, como pressuposto, que os deverbais são construções de estrutura argumental que, em princípio instalam, numa estrutura menor, o esquema temático da base (ou do verbo primitivo). Os dados, no entanto, revelam que, ao assumir o seu *status* nominal, alguns derivados passam a ter características sintático-semânticas próprias, controlando a manifestação de sua estrutura argumental. Assim, por exemplo, quando se observa a relação verbo-nome deverbal, a correspondência entre a estrutura argumental do verbo e a do derivado nominal nem sempre é perfeita, podendo ocorrer uma limitação no número de papéis temáticos da estrutura nominal em relação à verbal. No caso, sugere-se que, ao se avaliar o problema da não expressão dos argumentos dos deverbais, é preciso considerar o contexto maior do que o sintagma. Em nosso *corpus*, para alguns dos derivados sob análise, não foi preenchida totalmente a estrutura argumental dentro do próprio SN. A hipótese é que, se a estrutura sintática da oração já fornece informação sobre o (s) argumento (s) do nome deverbal, dispensa-se sua expressão sob a forma canônica de sintagma preposicional. O argumento

não vem, então, expresso, mas pode ser depreendido do contexto maior, isto é, da organização sintático-semântica do texto, em qualquer ponto dele, dentro ou fora da oração. Pode-se supor que, muitas vezes, a saturação informativa da estrutura argumental dispensa, e até bloqueia, a expressão de argumentos, como se verifica em (3) abaixo:

- (3) ... saí feito uma louca ... na escola ... procurando o **diretor** ...
procurando o supervisor... (*Corpus D&G*, p. 52)

Nesse exemplo, *diretor* constitui, em tese, o núcleo de um predicado de dois argumentos, correspondente a 'x dirige y' ou 'x diretor de y'. Nota-se, porém, que a estrutura argumental do predicado não está totalmente preenchida, ou seja, *diretor* aparece desacompanhado de seus argumentos. Acontece que, como substantivo, *diretor* traz implicitamente a representação do papel semântico Agente no sufixo -tor, de modo que *diretor* equivale a 'aquele que dirige'. Por sua vez, o argumento-objeto, que deveria figurar na forma do SP 'da escola', pode ser depreendido do quadro geral em que se realiza a predicação (situação de enunciação e enunciado maior), o que torna desnecessária a sua expressão. Na visão de Schlesinger (1995), *dirigir, administrar, governar*, etc., de fato, envolvem ou denotam atividades e, como verbos, pode-se dizer que descrevem eventos. Mesmo assim, quando se diz, por exemplo: *Atualmente, João dirige uma empresa estatal* e *Ele governou o Estado por dois anos*, aparentemente o que está sendo focalizado não são propriamente os eventos, mas os cargos ocupados por *João*, de modo que os verbos (*dirigir* e *governar*) apontam, certamente, para um indivíduo numa certa posição (*diretor* e *governador*). No caso, os limites entre atividade (evento) e coisa (cargo) parecem difusos. Para nós, na medida em que construções deverbais como *diretor, governador*, etc., denotam mais propriamente cargos ou funções (e não eventos em si), a presença do conteúdo 'atividade' nesses derivados parece naturalmente tênue; o traço dinamicidade e a dimensão afetamento (que caracterizam os verbos de ação-processo) tornam-se opacos, o que, por hipótese, poderia também favorecer a omissão do argumento objeto (na forma de SP), nas referidas construções.

No *corpus* examinado, foram identificadas 72 ocorrências de derivados em -dor, cujo verbo base normalmente envolve dois argumentos - sujeito e objeto, tais como: *jogador, vendedor, orientador*, etc. Desse total, apenas 9 construções contendo o derivado, isto é, cerca de 12,5%, apresentam o argumento objeto explícito e, desse grupo, a maioria absoluta (7 ocorrências) é de construção predicativa, com cópula, em que o deverbal (*causadores*, em (4)) aparece na função de predicativo do sujeito, ou seja, remete para o argumento externo (*cartolas*). Veja-se o exemplo abaixo:

- (4) Na minha opinião os cartolas são os principais **causadores** dessa situação ... (*Corpus D&G*, p. 36).

Ao que tudo indica, o nome deverbal evoca a informação dada na oração predicada pelo verbo de que deriva, apesar das diferenças entre as estruturas argumentais das duas construções: a nominal e a verbal. Cabe, portanto, investigar as motivações que levam a essas diferenças.

Os fatos mostram, por exemplo, que de um verbo prototipicamente transitivo, tal como *conquistar*, *trair*, etc. resulta um adjetivo - *conquistador*, *traidor* - que regularmente figura em construções predicativas do tipo SN + cópula + Adjetivo, tais como: *João é um conquistador* ou *João é traidor*. Em casos como esses, não se verifica um paralelismo completo entre as construções verbais e as construções deverbais correspondentes. A construção predicativa dispensa ou bloqueia a realização do argumento interno, com papel semântico de paciente afetado ou estímulo, normalmente presente na construção verbal. No caso, a estrutura argumental específica da construção deverbal parece refletir uma restrição do próprio processo morfológico, pois, na conversão do verbo em adjetivo, ocorre a perda do traço dinamicidade (inerente ao verbo), o que afeta, naturalmente, as relações temáticas. Além disso, vale observar que essas formações em *-dor* têm um valor aspectual. Envolvem, digamos, o caráter habitual imperfectivo da agentividade, ou seja, permitem reconhecer agentes habituais. Na oração *João é um conquistador*, acima, *conquistador* equivale a “pessoa que conquista”, indicando-se pela paráfrase com o presente a frequência ou habitualidade da ação. Parece que, nesses casos, a habitualidade da ação imprime uma certa genericidade ao argumento objeto (paciente/estímulo) - conquista *todo mundo* ou *tudo* - e, assim, reduz o seu grau de relevância informacional, de modo que a expressão do objeto pode (ou até deve) ser dispensada. Por outro lado, o objeto afetado ou o estímulo também podem ser facilmente inferidos do contexto discursivo ou do contexto pragmático - por exemplo, num enunciado como: “O Presidente é um traidor”, proferido por alguém, no atual contexto político brasileiro. Vejam-se os exemplos (5) e (6) a seguir, do nosso *corpus*:

- (5) Algum tempo depois, chegou ao solar (casa) um homem que sabendo da história da prisão assumiu a identidade do advogado e pediu abrigo. Este era um **traidor** e assassino e estava sendo procurado pela polícia Francesa. (*Corpus D&G*, p. 45)
- (6) ... eu me sinto um **buscador** ... um cara que quer é:: que quer ser útil em alguma coisa ... (*Corpus D&G*, p. 86)

Em (6), novamente diante do deverbal, a expressão do argumento objeto é inibida ou restringida. O derivado *buscador* supostamente se enquadra no tipo de categoria com valor

aspectual referido acima e, se isso é verdadeiro, tal construção deve ser analisada de modo semelhante a *traidor*, *conquistador*, etc. A restrição provavelmente está ligada a um fator de ordem semântica: o argumento objeto é não-referencial, exibindo, portanto, baixo grau de informatividade, o que favorece a sua não explicitação e justifica, em parte, a especificidade da estrutura argumental da construção. A favor da análise aspectual de *buscador*, é interessante considerar o fato de que o Dicionário de Aurélio Buarque fornece para essa forma o mesmo significado que é dado para *buscante*, outra forma agentiva, essa sim, com nítido valor aspectual. Consta no dicionário que *buscador* pertence à categoria Adjetivo e significa *aquela que busca* e *buscante*, também Adjetivo, significa *que busca*; *buscador*.

Basílio (2004, p. 41) indica motivação de ordem textual para o uso de deverbal com estrutura argumental específica: os deverbais têm uma função anafórica, que corresponde ao uso de nome derivado de verbo para fazer referência a uma estrutura verbal anteriormente utilizada no texto. Segundo a autora, a utilização de formas nominalizadas para substituir frases predicadas por verbos é essencial na construção do texto escrito, na medida em que permite representar de modo unificado e através de uma única palavra toda uma proposição. Para ilustrar, Basílio fornece o exemplo (7):

- (7) O presidente eleito decidiu indicar pessoas de sua confiança para as posições-chave do governo. A decisão terá implicações complexas.

Argumenta-se que, nesse exemplo, o nome *decisão* substitui todo o período anterior, assim transferindo a informação para o período seguinte; a forma nominalizada é crucial para a continuidade do tópico na construção do texto.

Diferentemente de sufixos nominalizadores como *-agem*, *-mento* e *-ção*, o sufixo *-dor* mantém com sua base uma relação que podemos chamar de actância, em que o sufixo remete a um participante da situação, em geral o argumento externo, com papel semântico Agentivo. Todavia, conforme afirma Du Bois (2003), o processo de seleção de argumentos, com seus respectivos papéis semânticos, é bastante complexo, envolvendo, de modo particular, a consideração da estrutura do evento como um todo. No nível da oração, tomando-se uma relação gramatical isoladamente, como, por exemplo, a de sujeito num conjunto de verbos, a diversidade das relações semânticas que ela codifica parece difícil de delimitar ou de caracterizar e a observação de dados lingüísticos reais tem demonstrado que divergências semânticas sutis são capazes de motivar estruturas argumentais distintas.

A atenção ao aspecto semântico das relações gramaticais leva à pesquisa dos tipos de papéis desempenhados pelos par-

ticipantes ligados às ações-processos expressas pelos deverbais (Agentivo, Instrumental, Experienciador, Objetivo, etc.), tomando-se como pressuposto que, também no nível das construções morfológicas, é preciso considerar como a interação entre as diversas relações gramaticais atua no processo de seleção desses papéis, atentos ainda para as características do contexto discursivo-pragmático circundante.

Dado o caráter preliminar dos resultados e em razão dos limites impostos pela natureza do presente trabalho, a análise será circunscrita apenas à manifestação do traço *Agentividade* nos derivados em *-dor*.

3. O complexo Agentivo

De acordo com Basílio (2004, p. 44), a formação dos chamados nomes de agente tem como produto palavras que designam um ser pela prática ou exercício de uma ação ou atividade, especificada pelo verbo envolvido na derivação. O processo de formação também se estende à nomeação de objetos instrumentais, cuja função principal é definida pelo significado da base verbal. Como construções de estrutura argumental, tais formas implicam na interpretação de uma ação-processo ou de uma causatividade, direta ou indireta, ou seja, atribuem agentividade a seu argumento externo, seja de modo literal - se tal argumento se refere a agentes propriamente ditos (*cobrador*) - ou por extensão metafórica a partir do protótipo, se ele denota outros tipos de causadores, como instrumentos (*cortador*), mecanismos abstratos (*reduzidor*), substâncias ativas (*fixador*), etc. Ainda, segundo Basílio, o modo preferido pelos falantes do português para exprimir morfológica e semanticamente agentividade seria o acréscimo do sufixo *-dor* a raízes de verbos de ação e/ou de ação-processo. Portanto, os derivados em *-dor*, traduzíveis informalmente como 'aquele que V' (sendo V uma forma verbal), são os principais membros da classe dos Agentivos no português.

Constatada a existência de Agentivos com o sufixo *-dor*, passou-se a investigar o significado de toda e qualquer forma deverbal em *-dor*, a fim de observar que tipos de conteúdo semântico poderiam nelas estar presentes, para além do agentivo. Ou seja, interessa saber se esse conteúdo é exclusivo, dominante, ou convivente com outros.

Segundo Lyons (1977), é difícil precisar a noção de agentividade. Mas o agente prototípico (que serve como paradigma) se refere a uma entidade animada *x*, que usa intencional e responsabilmente sua própria força ou energia para desencadear um evento; e o exemplo típico de evento em que a agentividade está mais obviamente envolvida é aquele que resulta numa mudança na condição física ou locação de *y*, característica dos verbos de ação-processo. O ponto de vista de Lyons é o de que cada um dos

traços, ou propriedades, que compõem o conceito de agentividade padrão – traços como [Animado], [Intencional], [Responsável], [Usuário da própria força ou energia], [Modificador de si próprio ou de outrem] – é destacável do conjunto, funcionando de modo independente na caracterização de situações não prototípicas, porém semanticamente aproximadas do tipo padrão. Essa idéia harmoniza-se com o conceito de *prototipicidade*, central para a Teoria Funcionalista e para a Linguística Cognitiva, a partir do qual entende-se que categorizar uma entidade não é uma questão de saber se ela possui um determinado atributo ou não, mas de considerar o quanto as dimensões da entidade em questão se aproximam das dimensões ideais para ela. À luz da teoria dos protótipos, a agentividade seria uma propriedade escalar, e não categórica. A classe dos nomes agentivos comportaria membros que compartilham muitos traços comuns, constituindo-se nos protótipos da categoria, e entidades que compartilham apenas alguns atributos, integrando-se como elementos marginais na referida classe. Sob essa ótica, seria possível construir formulações mais detalhadas no interior da definição de Agentividade.

A análise da definição de agente prototípico proposta por Lyons permite depreender que ela repousa em três tipos de critério: um critério de sentido, que orienta para o papel de *x*, *Desencadeador*, *Auto-afetador* ou *Afetador* de *y*; um critério de seleção denotativa, tanto do evento/situação (que deve ser dinâmico) quanto da entidade que se candidata a agente (que deve ser um animado); e critérios de seleção discursiva, pois é no discurso que se obtém a informação sobre a intencionalidade e responsabilidade da entidade animada no que concerne à mudança denotada.

Acima mencionou-se o fato de que a observação preliminar dos dados indica haver, entre os termos de uma relação oracional transitiva e os termos de um derivado deverbal argumental, uma semelhança em dois aspectos: tipo denotativo (ou classe semântica) do predicado (verbo de ação-processo) e papel semântico dos argumentos selecionados (agente ou causativo e paciente afetado). De fato, embora no presente estágio da pesquisa não se tenha feito levantamento quantitativo, os dados levam a supor que o sufixo *-dor* combina-se quase sem restrição com verbos que exibem a propriedade [+Dinâmico] ou [+Controle], por parte da entidade animada que ocupa a posição do argumento externo, ou as duas propriedades. Contudo, o que esses derivados parecem não se comprometer a representar, necessária e exclusivamente, é o tipo denotativo do agente prototípico, conforme será demonstrado adiante.

Considerando a oração transitiva canônica, o agente prototípico pode ser definido pela presença das seguintes propriedades: *Causativo*, *Controlador*, *Animado*, *Intencional* e *Responsável*. Com relação ao derivado argumental, o causativo nem sempre

denota um agente prototípico. Podem perfeitamente faltar-lhe algumas das propriedades características do protótipo. Os dados demonstram que há derivados em *-dor* com a propriedade *Causativo*, mas que são marcados negativamente quanto ao traço *Animado*. Enquadram-se nesse caso os deverbais que denotam instrumento, máquina, aparelho, dispositivo e peça de máquina, que embora *Causativos*, não são agentes, considerando-se que, neste trabalho, o caso *Agente* é caracterizado em termos de feixes de traços semânticos, ao invés de um traço discreto (GIVÓN, 1984, p. 107).

É fato que um derivado em *-dor*, como *grampeador*, por exemplo, pode referir-se a um agente prototípico, se usado virtualmente numa oração como *O grampeador de textos hoje foi Gabriel*, em que a situação denotada pela base verbal é compatível com a atuação de um ser humano. Contudo, no plano lexical, e principalmente pragmático, *grampeador* mais freqüentemente especializa-se em denotar um instrumento de grampear e não tem, portanto, propriedades de seres animados. O sentido da formação deverbal, porém, continua orientado para o papel semântico *Causativo*. Verifica-se aqui, novamente, a ambivalência de um derivado em *-dor*, desta feita uma ambivalência não de ordem morfossintática, mas semântica: *grampeador* denota usualmente um *Instrumento*, mas pode eventualmente, em determinados contextos, denotar o *Agente*. Este parece ser o caso também de *despertador* em (8):

- (8) ... era um galo que despertava a gente ... era um **despertador** e o galo era um dos componentes né ... do grupo ... ele imitava direitinho um galo ... (*Corpus D&G*, p. 73)

De (8) depreende-se a seguinte informação: 'um dos componentes do grupo era o despertador da gente'. No caso, *despertador* tem todas as propriedades do agente prototípico. Porém, no nível lexical e pragmático, *despertador* remete sistematicamente a um objeto concreto, a saber, um certo tipo de relógio. Conseqüentemente, não apresenta propriedades de seres animados, embora o sentido da construção derivada permaneça orientado para o papel semântico *Causativo*.

Formações adjetivas, como *conservador* em (9), que são morfossintaticamente ambivalentes (já que também podem ser usadas como substantivo em contextos específicos), distanciam-se muito do agente prototípico. Em primeiro lugar, essas construções não são denotativas e sim atributivas. Logo, não denotam seres intencionais, mas se referem a esses seres, qualificando-os. Nessa relação, parecem assimilar dos substantivos a propriedade do agente prototípico. É essa extensão de propriedades, certamente, que faculta a omissão do substantivo (um *sujeito* conservador, um *cara* conservador, etc.). Se analisados sob o prisma dos traços do complexo agentivo, derivados desse

tipo compartilham com os agentes prototípicos o tipo semântico da base verbal (verbos de ação-processo) e os traços *Causativo*, *Animado*, *Intencional* e *Responsável*.

- (9) ... talvez nesse ponto eu seja meio **conservador** ... e acho que a família deve ser preservada”. (*Corpus D&G*, p. 161)

Exemplos como os apresentados acima apontam para uma redefinição e refinamento da própria categoria ‘agentivo’, de modo a permitir a inclusão de casos que se situam nos limites dessa categoria, mas ainda assim compartilham com ela aspectos morfossintáticos, semânticos e pragmáticos. São esses aspectos que, em última análise, motivam o surgimento de novos itens lexicais na língua, por analogia ao agente prototípico ou extensão metafórica de suas propriedades. A esse propósito, considere o neologismo presente no exemplo (10), retirado de uma edição da revista *Veja*:

- (10) Desde o início da rebelião, Garotinho e Rosinha evitaram a imprensa. A decisão de não dar explicações sobre a rebelião também não ajuda a compor a imagem de um executivo **resolvedor** de problemas com a qual o ex-governador sonha se apresentar aos eleitores. (“A Barbárie Anunciada”, *Veja*, 09/07/04)

Em vista do exposto, assume-se a idéia de que a agentividade seja tratada como uma propriedade escalar ou gradual nas construções derivadas em *-dor*, considerando-se os traços do complexo agentivo propostos neste trabalho.

Para efeito da análise preliminar ora apresentada, sugere-se a construção de uma escala provisória para avaliar o grau de agentividade dos derivados em *-dor* presentes no *corpus*. Para tanto, foram aplicados os traços do complexo de agentividade, a saber: *Causativo*, *Controlador*, *Animado*, *Responsável* e *Intencional*. Esses traços, se marcados como positivos, assinalam o grau máximo de agentividade. À medida que eles vão recebendo marcação negativa, o grau de agentividade do derivado diminui. Sobre esse aspecto, compare-se, por exemplo, o “comportamento” mais ou menos agentivo dos derivados *diretor* e *reparadoras*, que figuram, respectivamente, nos exemplos (3), repetido, e (11), abaixo:

- (3) ... saí feito uma louca ... na escola ... procurando o **diretor** ... procurando o supervisor ... (*Corpus D&G*, p. 52)
- (11) O médico também atende pacientes queimados ..., estes são cirurgias **reparadoras**, e atendemos sem autorização prévia. (*Corpus D&G*, p.268)

Em (3), pode-se dizer que o substantivo *diretor* está situado no pólo superior da escala, pois exhibe todos os traços semânticos do agente-padrão, quer dizer, todos os traços dessa categoria são marcados positivamente: *Causativo*, *Controlador*, *Animado*,

Responsável e Intencional. Além disso, o tipo semântico do verbo envolvido na formação desse derivado (verbo de ação-processo) é o que seleciona o agente prototípico.

Em (11), o adjetivo *reparadoras* apresenta um baixíssimo grau na escala de abstração do agente-padrão. Construções desse tipo não denotam seres intencionais. Sendo adjetivos, denotam atributos ou propriedades dos seres a que se referem. Analisada à luz dos traços do complexo agentivo, *reparadoras* compartilha com o agente prototípico apenas o tipo semântico da base verbal (verbo de ação-processo) e o traço Causativo, pois o sentido da construção está orientado para o papel *Causativo*.

Observe ainda a ocorrência do deverbal *protetor* em (12). Note-se que, a despeito do tipo semântico da base verbal envolvida na formação derivada (verbo de ação-processo), *protetor* denota um produto ou substância e não um ser intencional. Assim sendo, embora o sentido do derivado seja orientado para o papel semântico *Causativo*, ele recebe, obviamente, marcação negativa em relação a todos os outros traços do agente prototípico: - *Controlador*, - *Animado*, - *Responsável* e - *Intencional*. No caso, esse derivado apresenta o mais baixo grau de agentividade.

- (12) ... pra passar o veraneio todo ... vá ... branco volta preto ... você pode passar **protetor** solar mil ... (*Corpus D&G*, p. 372)

4. Conclusões preliminares

Os derivados deverbais em *-dor* se inserem, de modo geral, na categoria dos nomes agentivos, considerados como formações morfológicas que designam um ser pela prática ou exercício de uma ação ou atividade, especificada pelo verbo. (BASÍLIO, 2004).

O estudo que se empreendeu aqui buscou investigar em que medida o caso 'Agente' (definido não a partir de um traço discreto, mas de feixes de traços semânticos) se manifesta nas referidas formações derivadas, tendo constatado a relevância dos traços do complexo Agentividade na caracterização do papel semântico dessas construções. Utilizando-se os traços desse complexo, propôs-se uma escala provisória para avaliar o grau de agentividade exibido pelos derivados deverbais em *-dor*. No desenvolvimento da pesquisa, serão aplicados outros traços do parâmetro Transitividade de Hopper; Thompson (1980).

Em etapa posterior, pretende-se também testar hipóteses relacionadas à ambivalência morfossintática dos derivados, investigando sob que condições sintático-semântico-discursivas tais construções podem ser usadas indistintamente como substantivos ou adjetivos.

Além dessa questão, considerações bastante gerais foram feitas sobre o comportamento dos deverbais em *-dor* quanto à realização de sua estrutura argumental. Os dados parecem indi-

car uma preferência pela omissão do argumento objeto em construções com esses nomes, o que, se confirmado no desenrolar da pesquisa, reforçaria uma tendência geral dos nomes valenciais, já constatada em outros estudos sobre deverbais: a tendência da nominalização a não manter uma estrutura paralela à da base (no caso, o verbo). Nesses estudos, a nominalização tem sido vista como estritamente associada à redução da valência (cf. NEVES, 1996; GAMARSKI, 1996). Conforme se viu na análise preliminar aqui esboçada, com relação à estrutura argumental dos deverbais em *-dor*, há indícios de que dois fatores, entre outros, devem ser levados em conta na consideração da não-expressão do argumento objeto: 1. relevância informacional do argumento objeto e 2. contribuição do contexto discursivo-pragmático para a recuperação desse argumento.

Abstract

Analysis of the argumental structure of N-dor derivative formation with the aim of investigating how the features of 'Agent' are expressed in this forms. The work takes into account the interaction between morphosyntactic, semantic and pragmatic properties and presupposes a parallelism between a conceptual and linguistic categorization. The analysis is supported by language actual use.

Keywords: deverbial formations; argument structure; agentivity.

Referências

- BASILIO, M. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CROFT, W.; CRUSE, A.D. *Cognitive linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- DEMONTE, V. Papeles temáticos y sujeto sintáctico en el sintagma nominal. *Rivista di gramática gerativa*, [S.l.], v. 10, p. 265-331, 1985.
- DU BOIS, J.W. Argument structure. grammar in use. In: DU BOIS et al. *Preferred argument structure: grammar as architecture for function*. Amsterdam: John Benjamins, 2003.
- FURTADO DA CUNHA, M. A (Org.). *Corpus Discurso & Gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal: EDUFRN, 1998.

- GAMARSKI, Léa. Efeitos da morfologia sobre a estrutura argumental - adjetivos deverbais em *-nte*. In: KOCH, I.G.V. (org.). *Gramática do português falado*. v. 6. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP: FAPESP, 1996.
- GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. v. 1. Amsterdam: John Benjamins, 1984.
- . *Syntax I and II*. Amsterdam : John Benjamins, 2001.
- GOLDBERG, A. E. *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- HOPPER, P.J.; THOMPSON, S.A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, [S.l.], n. 56, p. 251-299, 1980.
- LEVIN, B.; RAPPAPORT HOVAV, M. *Unaccusativity: at the syntax-semantics interface*. Cambridge: MIT Press, 1995.
- LYONS, J. *Semântica I*. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- NEVES, M.H. de M. Estudo da estrutura argumental dos nomes. In: KATO, M. A. (org.). *Gramática do português falado*. v. 5. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1996.
- SCHLESINGER, I.M. *Cognitive space and linguistic case: semantic and syntactic categories in english*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- TAYLOR, J.R. *Linguistic categorization*. Oxford: Clarendon Press, 1995.